

Ministros analisam no plenário virtual possibilidade de emprego das Forças Armadas pelo presidente da República

O Supremo Tribunal Federal (STF) tem maioria de seis votos para estabelecer que a Constituição brasileira não possibilita uma "intervenção militar constitucional". O placar foi alcançado ontem com o posicionamento do ministro Gilmar Mendes.

Os ministros estão analisando uma ação que trata sobre os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e sua hierarquia em relação aos Poderes. A análise começou na última sexta-feira no plenário virtual do Supremo e pode durar até a próxima segunda-feira.

"Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força", diz Gilmar em um voto de 12 páginas.

Para o decano do STF, o momento para essa reafirmação é apropriado tendo em vista o aniversário de 60 anos do golpe militar de 1964.

"A esse respeito, considero particularmente apropriado

que tenhamos a incumbência de fazê-lo por ocasião da efeméride de 60 anos do último golpe militar de nossa história republicana, concluído em 1º de abril de 1964 e por meio do qual restou instaurado regime autocrático que viveu por mais de vinte anos, período de arbítrio e obscurantismo que só foi definitivamente superado com o advento da Constituição de 1988", afirmou.

Gilmar pontua que ainda hoje a "data infame" tem sido "objeto de comemorações por parte de grupos e indivíduos que insistem em fazer tabula rasa de nossa história constitucional, como se o regime ditatorial instaurado em 1964 por obra das Forças Armadas representasse algo ser celebrado".

“Em tempos recentes, aliás, celebrações desse jaez contaram com o beneplácito de parcela do poder público, vindo a ser autorizadas e incentivadas pelo próprio Poder Executivo — comportamento inconstitucional

Ainda segundo Gilmar, "é preciso que se diga que manifestações dessa natureza não surgiram ou se intensi-

"Pelo contrário, constitui em desdobramento de um fenômeno recente de retomada, por parte das altas cúpulas militares, de considerável protagonismo político — processo que se dá ao arripio da norma constitucional e que tem como um de seus principais objetivos ideológicos tornar preponderante a despropositada interpretação do art. 142 da Constituição reeditada nos últimos anos e combatida nestes autos", diz o decano.

Então, além de Gilmar, os ministros Edson Fachin e André Mendonça acompanharam o relator, ministro Luiz Fux. Na semana passada, em seu voto, Fux, criticou "interpretações perigosas" que "permitam a deturpação do texto constitucional e de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito, sob pena de incorrer em constitucionalismo abusivo".

No domingo, o ministro Flávio Dino também votou com o relator e sugeriu que o resultado do julgamento seja encaminhado para o Ministério da Defesa, para "expungir desinformações que alcançaram alguns membros das Forças Armadas". Os demais ministros



Decano. Gilmar foi o sexto ministro a

Q “Diante de tudo o que temos observado nesses últimos anos, todavia, faz-se necessária a intervenção do STF para reafirmar o que deveria ser óbvio: o silogismo de que a nossa Constituição não admite soluções de força”

Gilmar Mendes, ministro do STF



Decano. Gilmar foi o sexto ministro a acompanhar o relator Luiz Fux. Mendonça e Fachin também votaram contra.

ças Armadas pelo presidente da República, sobretudo com base no artigo 142 da Constituição. O artigo diz que "as Forças Armadas (...), sob a autoridade suprema do presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

O julgamento do Supremo ocorre no momento em que se avança nas investigações da Polícia Federal sobre uma suposta tentativa de golpe de Estado. O avanço se dá sobre a participação de militares. Em sua delação premiada, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, afirma que a cúpula das Forças Armadas foi chamada ao Palácio da Alvorada para

discutir uma minuta que previa a decretação de estado de sítio no país.

Na delação, Cid também fala sobre a interpretação dada por alguns investigadores sobre o artigo 142. À PF, o tenente-coronel narrou que o grupo radical no entorno de Bolsonaro queria que o ex-presidente assinasse o decreto golpista com base em uma interpretação distorcida da Constituição.

Mensagens de grupos de WhatsApp em poder da investigação também revelam como a teoria era difundida por defensores da intervenção. Em uma dessas conversas, o membro de um grupo afirmou: "Se o Bolsonaro acionar o 142, não haverá general que segure as tropas. Ou participa ou pede para sair".

Comandante do Exército tem buscado ministro para esclarecer ordens judiciais em relação a militares investigados

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) desponta, hoje, como o principal interlocutor do comandante do Exército, o general Tomás Paiva, na Corte, informa em seu blog a colunista do GLOBO Bela Megale. Na maior parte dos casos, os contatos partem do próprio militar, que busca o magistrado para saber dados sobre integrantes da caserna investigados e tirar dúvidas em relação a cumprimen-



Interlocução. General Tomás Paiva tem procurado Alexandre de Moraes

mentação de um militar dentro da Força — caso da nomeação do general Richard Nunes para um dos postos mais altos da corporação, o de chefe do Estado-Maior. Antes de bater o martelo, Tomás Paiva consultou Moraes, porque o nome do general surgiu durante o caso Marielle.

Richard Nunes era secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro em 2018, quando a vereadora e seu motorista, Anderson Gomes, foram assassinados. O relatório da Polícia Federal aponta que foi ele

o responsável por afiançar o nome do delegado Rivaldo Barbosa na chefia da Polícia Civil, apesar de o setor de inteligência da corporação não indicá-lo para o posto. Rivaldo está preso, sob a acusação de ter planejado o assassinato de Marielle, que, segundo a PF, tem os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão como mandantes.

Quando o nome do general Richard Nunes apareceu no documento, o chefe do Exército buscou Moraes e adiantou sua intenção de promovê-lo. Na conversa, deixou claro que, se houvesse informa-

ções que compromettesse Richard Nunes, mudaria a escolha. Moraes sinalizou que poderia seguir com a nomeação.

Essa não foi a única consulta feita pelo chefe do Exército ao magistrado. Sempre que tem dúvidas sobre como cumprir as ordens do STF em relação a militares investigados, Tomás Paiva se orienta com o ministro.

O general estabeleceu uma regra, por exemplo, para os membros da caserna que já foram presos. Esses são, obrigatoriamente, retirados de suas funções e mandados para casa. Já os investigados que não chegaram a ser detidos, mas passaram por medidas cautelares como buscas, mudam de posto, mas continuam trabalhando na Força.

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA
FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%*!!?

Oferta velha não resolve nada.
Imóveis, veículos, empregos e muito mais na **Classificados do Rio**.
Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via
WhatsApp ou Telegram
  21 2534-4333



CLASSIFICADOS DO RIO
SEU RECORTO



O GLOBO EXTRA

